

Turismo de base comunitária e desenvolvimento sustentável em Urupema-SC

Adriana Murara Silva

Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC)

Geraldo Augusto Locks

Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC)

João Eduardo Branco de Melo

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Recebido: 04/03/2019 Versão revisada (entregue): 26/09/2019 Aprovado: 26/09/2019

Resumo

Neste artigo procurou-se identificar o conhecimento e a valorização do patrimônio comunitário, as práticas turísticas atuais sustentáveis e insustentáveis e o envolvimento com a política pública de turismo de representantes da sociedade civil e política de Urupema, no estado de Santa Catarina. A pesquisa que deu origem ao presente artigo foi qualitativa e se utilizou da técnica do Grupo de Discussão e da Análise de Conteúdo. Os referenciais teóricos para analisar as categorias de investigação provêm de diferentes paradigmas de turismo e desenvolvimento local. A pesquisa revelou discurso e práticas contraditórias no que tange à concepção de turismo, valorização do patrimônio comunitário e o papel do Estado local. Outrossim, afirmou a relevância do *ethos* cultural, expresso em atitudes de hospitalidade, acolhimento, solidariedade e cooperação vivenciados pela população local. Nesta perspectiva, o artigo propõe o Turismo de Base Comunitária, por seus valores serem concernentes à identidade socioeconômica local.

Palavras-chave | Desenvolvimento sustentável; Estado local; política de turismo; turismo de base comunitária; Urupema.

Código JEL | Q01 R11 Z32

Community-based tourism and sustainable development in Urupema-SC

Abstract

This work aims to reflect on the perceptions of representatives of the civil and political society of Urupema, Santa Catarina, an essentially rural municipality with agricultural and livestock economy in the phase of changes facing the possibility of the tourism development. It seeks to

identify knowledge and valuation of community assets, current (in) sustainable tourism practices, involvement of the population and local public power with public tourism policy. Concomitantly, it is suggested that community-based tourism. The research is qualitative and uses the technique of Discussion Group and Content Analysis. The Discussion Group is appropriate because of the collective nature of the method that allows social representation and its daily interactions in the analysis of the data obtained, which contrasts with speeches produced in individual interviews. The theoretical references to analyze the categories - Community Heritage, Sustainable Tourism, Public Policies and the Inductive State - are from authors who debate different paradigms of tourism and local development. The research revealed contradictory discourses and practices regarding the conception of tourism, valorization of community patrimony, role of the local State among others. It also affirmed the relevance of the cultural *ethos* expressed in the attitudes of hospitality, hosting, solidarity and cooperation experienced by the local population. In this perspective, this paper proposed the Community Based Tourism because its values are related to the local socioeconomic identity.

Keywords | Community based tourism; local State; sustainable development; tourism policy; Urupema.

JEL-Code | Q01 R11 Z32

Turismo de base comunitaria y el desarrollo sostenible en Urupema-SC

Resumen

Este trabajo buscó identificar el conocimiento y la valorización del patrimonio comunitario, las prácticas turísticas actuales sostenibles e insostenibles, y la implicación con la política pública de turismo de representantes de la sociedad civil y política de Urupema, en el estado de Santa Catarina. La investigación que dio origen al presente artículo fue cualitativa y se utilizó la técnica de Grupo de Discusión y Análisis de Contenido. Los marcos teóricos para analizar las categorías de investigación provienen de diferentes paradigmas de turismo y desarrollo local. La investigación reveló un discurso y prácticas contradictorias sobre la concepción del turismo, la apreciación del patrimonio comunitario y el papel del estado local. Además, afirmó la relevancia del *ethos* cultural, expresado en actitudes de hospitalidad, acogida, solidaridad y cooperación experimentadas por la población local. En esta perspectiva, el artículo propone el turismo comunitario, porque sus valores se refieren a la identidad socioeconómica local.

Palabras clave | Desarrollo sostenible; Estado local; política de turismo; turismo de base comunitaria; Urupema.

Código JEL | Q01 R11 Z32

Introdução

Este texto é um recorte de pesquisa de mestrado concluída no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense, em 2018,

sendo um dos vieses do estudo o turismo de base comunitária. A investigação foca a percepção dos atores locais sobre o turismo em Urupema, Santa Catarina. Trata-se de um município com características rurais, com economia essencialmente agropecuária, população de 2.492 distribuída em 350.037 metros quadrados, resultando em 7,09 habitantes por quilômetro quadrado. Aproximadamente metade da população reside na área rural e a outra metade, na urbana (IBGE, 2010).

No ano 2000, com a instalação da estação do Centro de Informações de Recursos Ambientais e de Hidrometeorologia de Santa Catarina (Ciram), que faz a previsão oficial do tempo no estado, o equipamento passou a marcar com frequência as menores temperaturas do país. Desde então, as temperaturas frias de Urupema passaram a ser divulgadas na mídia nacional como as mais frias do Brasil. A mídia transforma notícia climática em acontecimento de nível nacional e colabora para a vinda de turistas para o município nos meses do inverno. Conexão e influência entre a mídia, o turismo e o consumo pôde ser fortemente percebida no mês de junho de 2016, quando uma massa de ar polar atingiu o estado de Santa Catarina. A notícia, pela mídia local e nacional, gerou divulgação e movimento em massa de turistas para Urupema.

A literatura existente sobre o desenvolvimento do turismo aborda seu grande potencial enquanto setor econômico, gerador de divisas capaz de conceber oportunidades de trabalho e renda, além de contribuir para a redução das desigualdades regionais e sociais.

São reconhecidos, também, como fatores positivos do turismo a preservação cultural e ambiental, visto que a atividade depende desses fatores como atrativos para existir. Acrescenta-se, ainda, que quando uma região se desenvolve instigada pelo turismo, ocorre um aumento do capital fixo oriundo tanto do setor privado quanto do público. Esses investimentos apresentam-se em obras públicas, acessos, comunicação, transporte, serviços complementares em alimentos e bebidas, comércio, recreação e lazer.

Ou seja, evidencia-se uma gama de infraestruturas, equipamentos e serviços que melhoram a condição turística da localidade. Em diversas situações essas melhorias e benefícios estendem-se às comunidades residentes as quais também desfrutam desses serviços e equipamentos que se encontram em função do turismo, além das oportunidades financeiras de empreendimentos e trabalho. Porém, em outras situações, quando não ocorre a extensão das melhorias locais, pode despertar sentimentos de não pertencimento, tendo seus lugares apropriados pelos visitantes de tal forma que provoca na população um sentimento de não-lugar. Isto é, o território se desterritorializa por ser considerado um bem de consumo para os que vêm de fora, gerando segregações dos espaços antes pertencentes à comunidade. Em outras palavras, quando um espaço é apropriado pelo turismo, o que pode ocorrer é o direcionamento das atividades para o atendimento dos que vêm de fora

alterando a configuração lógica de se fazer melhorias em função dos residentes de uma localidade.

A questão seria, então, que o desenvolvimento do turismo se constitui em uma alternativa viável econômica e socialmente para se enfrentar desafios e encontrar caminhos. Contudo, sugere-se que esta dinâmica seja pensada, articulada e praticada nos princípios da sustentabilidade com o envolvimento dos residentes num processo de turistificação endógena.

Entende-se por turismo endógeno o processo no qual a comunidade local é fundamental entre os inseridos e contemplados pela atividade turística. São os princípios da sustentabilidade aplicados no desenvolvimento do turismo ponderados pelo Ministério do Turismo (MTur), especificamente no Programa de Regionalização do Turismo (PRT), como um modelo que considera “a autenticidade cultural, a inclusão social, a conservação do meio ambiente, a qualidade dos serviços e a capacidade de gestão local como condições fundamentais para a viabilidade da atividade turística a longo prazo” (BRASIL, 2007, p. 22). Pode-se entender que a exclusão da comunidade local no desenvolvimento do turismo é um elemento capaz de provocar danos ambientais, sociais, econômicos e culturais.

Destas reflexões e questionamentos acerca dos fatores positivos e negativos da dinâmica de inclusão e exclusão de residentes oriundos dos processos de turistificação é que nasceu o objeto deste estudo: diante das possibilidades do desenvolvimento do turismo no município de Urupema (SC), o que pensam os atores locais acerca dessa atividade? Refletir sobre as expressões locais e seus anseios, a capacidade e o protagonismo comunitário por meio do reconhecimento de potencialidades e do espírito que se imprime no lugar é essencial para a descoberta e direcionamento do desenvolvimento local. Inclui-se a análise acerca do Turismo de Base Comunitária (TBC) como proposição estratégica para o desenvolvimento local sustentável.

Esta investigação tem a perspectiva de apontar caminhos para o direcionamento do trabalho desenvolvido pelos pesquisadores na área de educação e futuros projetos de extensão e pesquisa junto ao município de Urupema. Assim, espera-se que os resultados da investigação proporcionem maior esclarecimento sobre o pensamento e a vontade da comunidade em relação ao turismo, bem como alternativas mais igualitárias para o seu desenvolvimento, contribuindo para a construção de novos conhecimentos, qualidade de vida, resolução norteadora dos problemas comuns de uma localidade rural em fase de implantação do turismo receptivo – a curto, médio ou longo prazos.

O município de Urupema

Urupema faz parte da Região Serrana Catarinense. Faz limite com os municípios de Rio Rufino, São Joaquim, Pánel e Urubici. O acesso ao município pode ser feito pela Rodovia das Araucárias – SC-370, por Pánel, ou pela SC-112, rodovia de maior altitude de Santa Catarina, por Rio Rufino. Possui uma área urbana (sede do município) e cinco comunidades rurais (Cedro, Cedrinho, Bossoroca, Marmeleiro e Rio dos Touros).

Possui uma altitude média na área urbana de 1.425 metros, sendo o ponto mais alto do município o Morro do Campo Novo, com 1.750 metros, considerada a segunda maior altitude do estado de Santa Catarina. O clima é considerado como chuvoso, com inverno e verão brandos, a temperatura média anual é de 14 °C, podendo chegar, no período mais frio, até 14 °C negativos na relva, sendo a detentora do título de “Cidade mais fria do Brasil”. O frio é o grande diferencial turístico da região que, inserida em um país tropical, atrai visitantes em busca de senti-lo e de presenciar a ocorrência de neve, geada ou sinelo. O número de geadas que ocorre em Urupema é elevado, concentrando-se no período de abril a setembro.

A região destaca-se pelo elevado número de aves sob risco de extinção que abriga, cujo *status* varia de regionalmente raras a ameaçadas em escala global, como a noivinha de-rabo-preto (*Xolmis dominicanus*) e os papagaios globalmente ameaçados: papagaio charão e papagaio-de-peito-roxo (*Amazonapretrei* e *Amazona vinacea*). No município realiza-se anualmente o Festival do Papagaio-charão e do Papagaio-de-peito-roxo. O evento está em sua sétima edição e atrai observadores de aves que visitam Urupema para ver bandos de milhares de papagaios-charões e centenas de papagaios-do-peito-roxo. A observação de aves ou *birdwatching* está se tornando uma atividade comum em Urupema e seus praticantes se emocionam ao encontrar exuberantes espécies.

A análise da paisagem, sob o aspecto visual, dos acessos ao município no perímetro urbano e nas áreas rurais assinalam-se favoráveis e vantajosas para a prática do turismo. No perímetro urbano, já como resultado do turismo, o município apresenta-se bem cuidado, com vias públicas e urbanização adequadas, presença de bueiros, calçadas, pavimentação, meios-fios e ajardinamento. Destaque para a beleza da Praça Central Manoel Pinto de Arruda. No perímetro rural as estradas de terra estão em boas condições de uso e é comum perceber a presença de animais silvestres naturais da região.

Urupema tem como sua principal atividade econômica a agropecuária. A indústria tem participação irrelevante na economia do município e chama atenção o quanto a administração pública participa em termos de emprego, representando 39,6% dos postos formais, sendo a principal atividade desenvolvida pelo setor de serviços. Em 2015, o salário médio mensal era de 1,9 salário mínimo. A proporção

de pessoas ocupadas em relação à população total era de 15,7%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 32,6% da população nessas condições (IBGE, 2015).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), em 2010, foi de 0,699 e apresenta-se inferior à média do estado (IBGE, 2010). Em relação ao Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), Urupema apresenta IVS de 0,260, ocupando uma posição que indica grande vulnerabilidade. O percentual de pessoas em extrema pobreza é de 2,7%. Elas vivem com renda *per capita* de até R\$ 70 por mês, considerando o ano de 2010 para análise. Inscritos no Cadastro Único, em 2015, tem-se 48,02% da população e recebendo Bolsa Família, 26,39%. Na dinâmica populacional percebe-se uma evasão do meio rural com taxa de 0,17% ao ano no período de 2000 a 2010, confirmando o fenômeno do êxodo rural (SANTA CATARINA, 2016).

Importante para o contexto proposto nesta investigação é a estrutura fundiária com produção agropecuária presente no município, demonstrando que 68,83% das propriedades são de agricultura familiar, a maior parte de pequeno porte, com 29,88% delas detendo área de terra menor que 10 hectares. Do total de 385 estabelecimentos, 265 são de agricultura familiar e 120 não familiares (SANTA CATARINA, 2016).

Como o turismo vem se destacando como uma nova fonte de divisas, é importante salientar que Urupema se encontra na fase chamada de “exploração” ou “nascimento” do turismo. Estes conceitos fazem parte da Teoria dos Ciclos de Vida, de Ruschmann (2006). O modelo estabelece que um destino turístico passa pelas seguintes fases: investimento ou sem turismo, exploração ou nascimento, desenvolvimento ou crescimento, consolidação, saturação e declínio ou rejuvenescimento. Ruschmann (2006) enfatiza que, na fase de exploração ou nascimento do turismo, na qual se encontra o município de Urupema, as localidades apresentam algumas facilidades para os turistas que são rapidamente ampliadas pela população local com o objetivo de auferir lucros. Nas fases seguintes, quando a atividade turística não é planejada e organizada, a participação e o controle dos equipamentos pela população local caem aceleradamente e dão lugar às facilidades criadas por organizações externas que acabam por dominar o contexto turístico das localidades.

O município de Urupema possui características naturais e culturais relevantes para a atividade turística. Apesar disto, diante do potencial que o município apresenta, o turismo receptivo ainda é pequeno ocorrendo apenas nos meses de frio em que as baixas temperaturas atraem os turistas. Acrescenta-se que a maioria dos visitantes que se dirige ao município não permanece, ficando apenas algumas horas. Isso ocorre porque a infraestrutura turística e de apoio é reduzida e são poucos os locais e atividades trabalhadas como atrativos. Atualmente, apenas dois atrativos são conhecidos e divulgados: a Cachoeira que Congela e o Morro do

Campo Novo, ambos localizados na sede do município, o que exclui todas as outras localidades do interior de participar e se beneficiar da atividade turística.

Além desses atrativos tradicionalmente divulgados pela mídia e pelos moradores do município (Morro do Campo Novo e Cachoeira que Congela) existem outros recursos turísticos em todas as localidades rurais que ainda não estão inseridos como atrativos da oferta turística.

Os elementos culturais, igualmente, ainda não são utilizados como atrativos turísticos. Compreendem o conjunto de elementos e significados dos moradores do campo, fundamentado na preservação de valores, na família, no trabalho, na prosa com amigos, no rodeio e no baile. A cultura Tropeira é duradoura em Urupema, tendo o município hospedado, em 2015, o evento itinerante que marca o Encontro Nacional de Tropeirismo.

Os alimentos típicos, como a rosca de bijajica, rosca de coalhada, doce de gila, charque, feijão tropeiro, os alimentos feitos com pinhão e com truta, a medicina caseira, o mel da bracatinga e a erva-mate, a religiosidade, a lida com os animais, o fogo de chão, o fogão a lenha, a fumaça de suas chaminés cobrindo o município, o folclore, as lendas e as crendices, que contemplam memórias dos ritos da quaresma e das simpatias para diversos males podem ser trabalhados como elementos do turismo cultural, valorizando e promovendo os bens imateriais e materiais da cultura e da história local.

A principal atividade econômica do município também pode ser beneficiada como atividade turística a exemplo de visitas aos pomares do município de Fraiburgo, também em Santa Catarina. O turismo não deve competir ou, menos ainda, suplantar as atividades tradicionais que vêm garantindo a sobrevivência de dada comunidade, é concebido como um complemento ao progresso econômico para potencializar e dinamizar as atividades tradicionais que as comunidades controlam com imensa maestria.

São perceptíveis as características naturais, culturais e econômicas de Urupema que podem ser elementos atrativos no contexto turístico e, desta forma, como na maioria dos pequenos municípios com economia agrícola, o turismo no meio rural é uma nova oportunidade de auxiliar no desenvolvimento e revitalização.

O Turismo de Base Comunitária

O turismo sustentável busca o desenvolvimento, processo que permite o crescimento econômico sem degradar ou esgotar os recursos que o tornam possível, ligado a uma transformação qualitativa da sociedade. O desenvolvimento transforma e satisfaz as mais diversas necessidades do ser humano, tais como saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, entre outras.

Circunscreve o crescimento econômico ao desenvolvimento humano e social no alcance de melhores condições de vida pelos meios disponíveis a uma comunidade. Nesta perspectiva, apresenta-se o paradigma do TBC, que permite a construção de desenvolvimento endógeno, orientado pelo princípio da autogestão comunitária, centrado nos atores, no saber local e no processo de transformação de suas realidades.

No TBC, uma comunidade decide por iniciativa própria criar um negócio turístico mobilizando seus recursos patrimoniais naturais, culturais e humanos. Esta forma de autogestão implica na participação de seus membros nas fases da operação turística: planejamento, prestação de serviços ao visitante, promoção e venda dos serviços e bens.

Maldonado (2009, p. 31), o entende por:

[...] toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos.

O TBC apresenta-se como uma alternativa diante de processos de turistificação que promovem a desigualdade econômica e a segregação social, ou seja, uma prática socializante que visa ao interesse e ao bem-estar de todos os participantes.

Torna-se fundamental, no TBC, a consciência por parte da comunidade do potencial de seus bens patrimoniais, ou seja, do conjunto de valores humanos, culturais e naturais, também chamado por Maldonado (2009, p. 29), de patrimônio comunitário:

Um conjunto de valores e crenças, conhecimentos e práticas, técnicas e habilidades, instrumentos e artefatos, lugares e representações, terras e territórios, assim como todos os tipos de manifestações tangíveis e intangíveis existentes em um povo. Através disso, expressam seu modo de vida e organização social, sua identidade cultural e suas relações com a natureza.

Desta forma, o patrimônio comunitário, além de ser um forte atrativo para o turismo, é visto como substancial para o sentimento de pertencimento, suscetível de gerar o comportamento de cooperação entre os membros de uma comunidade, essencial para o desenvolvimento do TBC. Ou seja, o sentimento de valorização do patrimônio comunitário e de pertencimento são as bases do processo que fortalece as relações de convivência e confiança, seguidos pela sensibilização e mobilização da comunidade.

Estar sensibilizado é estar compadecido, é ter consciência e estar envolvido por alguma causa. Mas apenas a sensibilização não é suficiente para o processo de

desenvolvimento endógeno de uma comunidade. É fundamental que ela esteja também mobilizada. Dessa forma se constitui um grupo com objetivos comuns, possibilitando a união com disposição para planejar, em conjunto, uma proposta de desenvolvimento turístico para a localidade que inclua as expectativas e necessidades da comunidade com vistas à melhoria e ao bem comum.

Nesse contexto, o turismo é o instrumento de fortalecimento comunitário e associativo, apresentado como importante gerador de oportunidade de trabalho e renda. Estes aspectos, no entanto, não acontecem de forma espontânea, precisando ser articulados para esse fim. Políticas públicas que tratem o tema de forma singular, valorizando as potencialidades locais, compreendendo os verdadeiros problemas e soluções são necessárias para o sucesso do TBC e do desenvolvimento local.

Às instituições públicas cabe o papel fundamental de criar condições para que os anseios da sociedade tomem forma. No âmbito do Ministério do Turismo (MTur), em 2007, foi realizada uma reunião técnica sobre o TBC, no 35º Congresso Brasileiro de Agências de Viagens. O resultado desse debate foi o reconhecimento do MTur da importância do tema e a decisão de fomentar iniciativas de TBC. Em 2008, o MTur, por meio do Edital 01/2008, passou a reconhecer as atividades de TBC e a aportar recursos para o fomento de tais iniciativas.

Entretanto, são muitas as deficiências e riscos da oferta comunitária. Um estudo com 30 projetos de turismo comunitário, desenvolvidos na América Latina, identificou as principais deficiências apresentadas nos empreendimentos de TBC. Em síntese, consistem em situações de improviso, ausência de profissionalismo, desconhecimento do mercado e desconhecimento dos instrumentos de gestão de negócios. Já as demandas consistem em acesso aos mercados, linhas de crédito, assistência técnica, melhoria das qualificações profissionais e a prestação de serviços públicos de infraestrutura rodoviária para a chegada dos visitantes aos destinos finais (Manual Del facilitador, 2006. *apud* MALDONADO, 2009, p. 32).

O centro da proposta do TBC é o estabelecimento de uma relação interativa entre visitantes e visitados. A falta de interatividade, portanto, entre os saberes impede que se coloque em destaque a diversidade do local visitado, fonte de riquezas para o turista que procurou o TBC. Zaoual (2009), comenta a respeito das variáveis que motivam esta demanda emergente em direção a novos modelos e produtos turísticos em detrimento do turismo massificado. Nas palavras do autor:

A observação das tendências da demanda turística mundial deixa entrever, com efeito, que esse tipo de modelo de produção de serviços turísticos não está mais totalmente em uso com a evolução das necessidades que o mercado exprime. A demanda turística tornou-se mais exigente, variada e variável. Ela tende a se focar cada vez mais sobre a qualidade e exprime as necessidades da cultura e do meio ambiente. Concretamente, a clientela procura verdadeiros sítios que

combinam a autenticidade e a profundidade do intercâmbio intercultural de uma parte e a harmonia com a natureza e a memória dos lugares visitados em outro lugar (ZAOUAL, 2009, p. 57).

É como se os “novos” turistas buscassem uma imersão, um conhecimento profundo e verdadeiro do lugar visitado, sem ilusões, artificialidades, contatos superficiais ou um produto padrão desprovido de espontaneidade que impede o diálogo das culturas. Sendo assim, as características da demanda do TBC são de pequenos grupos que buscam experiências originais e enriquecedoras combinando vivências culturais autênticas com cenários naturais.

No TBC as conexões de diversas atividades permitem a formação de redes solidárias pela estruturação de produtos e serviços locais e integrados. Somado ao potencial que o turismo tem de gerar empregos diretos e indiretos, possibilita o desenvolvimento endógeno e sustentável de dada comunidade. O Quadro 1 relaciona a cadeia produtiva do turismo com oportunidades da economia solidária.

Quadro 1 – Relação da cadeia produtiva do turismo com as oportunidades do TBC

ETAPA	CARACTERÍSTICAS	OPORTUNIDADE DE TBC
Planejamento da viagem – Realizado no núcleo emissor (região de origem)	Aquisição de pacotes turísticos e reservas em equipamentos turísticos. Relação direta com a propaganda e com o posicionamento do destino turístico no mercado.	1. Agências receptoras que comercializem os serviços e bens do TBC; 2. Rotas turísticas integrando segmentos da comunidade; O posicionamento no mercado que o TBC tem o diferencial da responsabilidade social e ambiental, muito difundida nos dias atuais.
Transporte	Realizados entre a região de origem e o destino. Realizados no destino para deslocamentos internos.	1. Organização de serviços associados ao transporte turístico, podendo ser utilizado os mais variados meios como aluguel de bicicletas, city tour em veículos motorizados, passeios a cavalo, etc.
Hospedagem	Varia consideravelmente conforme o destino e o turista.	1. Oferta direta de hospedagem, na modalidade de Cama & Café, do Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBClass 18), pousadas familiares, albergues, etc; 2. Oferta de serviços e bens a empreendimentos de hospedagem como: insumos alimentares, artesanatos, decorações, serviços de garçons, camareira, entretenimento, lavanderia, serviços ligados ao relaxamento do hóspede, entre outros.
Alimentação	Restaurantes, bares, quiosques, lanchonetes, cafés, eventos, ambulantes, entre outros.	1. Organização de empreendimentos coletivos na área de A&B; 2. Oferta direta de insumos alimentares ou de serviços a empreendimentos de A&B.
Entretenimento	Relativo à programação de atividades realizadas durante a estada do hóspede no destino.	Apresentações artísticas locais, guias turísticos e condutores ambientais, recreadores, contadores de histórias, terapias alternativas, entre outras.
Compras	Associados a compras de souvenirs. Inclui uma variada gama de produtos geralmente típicos ao destino.	Na venda direta ou indireta de artesanato e outros produtos locais de interesse turístico.
Experiência da viagem ¹⁹	Na vivência de experiências e emoções que o turismo propicia.	Nos destinos organizados sob a forma de TBC a autenticidade, a legitimidade da oferta e o protagonismo do turista garantem a experiência.
Avaliação do destino	Após a viagem é importante buscar uma avaliação dos bens e serviços ofertados no destino visitado.	Esta avaliação pode ser feita por equipes comunitárias.

Fonte: Silva (2018).

Nas propostas do TBC nota-se uma infinidade de possibilidades de fomento e várias aplicáveis às potencialidades do município de Urupema, como na agricultura familiar, com a juventude, na gastronomia e nos meios de hospedagem.

Em relação à atividade turística e à agricultura familiar em Urupema, a família rural tem a possibilidade de desenvolver a cultura do empreendedorismo social rural, onde passa a apresentar o estilo de vida, os costumes, o modo de produção artesanal e tradicional como serviços e bens turísticos – consolidando o modo de vida rural como um atrativo aos moradores de outros locais. Pode-se também implementar projetos como cafés, pousadas, pesque-pague, colha-pague, restaurantes típicos, *day use*, feiras de comercialização, entre outros.

Deseja-se enfatizar nesta reflexão o segmento da juventude e sua evasão do meio rural.

A migração seletiva de jovens rurais no Sul do Brasil é uma problemática social importante, um fenômeno estável e contínuo, do qual vários fatores já foram analisados, tais como falta de renda e de oportunidades profissionais, dificuldades no acesso à terra ou à educação. Entretanto, no que se refere a essa problemática, um dos fatores ainda pouco estudados é o acesso precário à cultura e ao lazer (CHAUVEAU; STROPASOLAS, 2016, p. 129).

Para o jovem do campo, os reflexos do TBC têm o potencial de diminuir o fluxo migratório rumo à cidade por meio do aproveitamento de trabalhos diretos e indiretos oriundos do turismo, da diversificação do lazer pela instalação de equipamentos culturais e de entretenimento, além do intercâmbio cultural e das relações entre turistas e residentes.

O uso turístico dos elementos gastronômicos é um atrativo muito buscado e valorizado. A gastronomia é entendida como a relação entre a alimentação e a cultura, incluindo os aspectos relacionados ao cultivo e preparo do alimento. Assim, sentidos simbólicos são agregados ao se experimentar determinadas iguarias por meio das relações entre sabores e localidades geográficas, grupos sociais ou fatos históricos. A rica gastronomia da região e a propriedade desses saberes culinários pelas mulheres de Urupema consiste em outra potencialidade presente no município que pode ser trabalhada como produto turístico de base comunitária nas mais variadas formas como restaurantes, cafés, quiosques, ambulantes, feiras, eventos e outras.

Do ponto de vista da oferta de hospedagem, Urupema possui aproximadamente 200 leitos, quantidade que se torna pequena nos dias mais frios do ano, quando o município recebe um número maior de turistas do que consegue atender. Uma alternativa encontrada pelos residentes foi a hospedagem em casas particulares, classificado pelo MTur como Cama & Café. Este tipo de alojamento, a princípio,

surgiu pela generosidade e solidariedade dos moradores que ficavam preocupados com o conforto e com a saúde dos visitantes que se aventuravam sem muito conhecimento das consequências do frio extremo e dormiam dentro de seus carros na praça do município. Posteriormente é que a atividade começou a ser vista como um empreendimento, passando a ser organizada coletivamente no que tange às reservas.

Outra demanda relacionada com o desenvolvimento do turismo em Urupema é a formação e organização de guias locais. Neste sentido, o IFSC já formou duas turmas de Condutor Ambiental capacitando guias locais. Dado que o turismo em Urupema se concentra apenas na sede do município, mas mais da metade da população reside no interior, a atuação de guias permitirá a interiorização do turismo na medida em que os visitantes poderão ser conduzidos para atrativos ambientais, culturais e sociais das localidades rurais.

O turismo deve ser compreendido como uma atividade complementar a outras já praticadas, evitando, deste modo, a dependência exclusiva pela comunidade. Assim, o turismo não deve competir nem suplantar as atividades tradicionais que têm garantido a sobrevivência da comunidade, devendo ser concebido como um complemento ao progresso econômico e social para potencializar e dinamizar as atividades tradicionais que as comunidades controlam.

Procedimentos metodológicos da pesquisa

Esta pesquisa apresenta abordagem qualitativa. O método de investigação orientou-se pelos grupos de discussão. Na perspectiva de Flick (2009), o grupo de discussão promove a exposição de ideias e, desta forma, buscou-se analisar o que pensam e esperam os atores locais sobre a atividade do turismo no município de Urupema. Nas palavras de Weller (2013, p. 56), “o objetivo maior do grupo de discussão é a obtenção de dados que possibilitem a análise do contexto ou do meio social dos entrevistados, assim como de suas visões de mundo ou representações coletivas”. A principal característica dos grupos de discussão é a emersão das visões socialmente compartilhadas, bem como as visões ou opiniões que são negadas pelo grupo. O parecer final será a opinião comum do grupo, um consenso dos participantes negociado na discussão.

Para a pesquisa foram formados dois grupos distintos que se reuniram separadamente na busca de se eliminar possível impacto inibidor sobre a discussão. Um grupo representou a sociedade política local e, outro, a civil. Os grupos também apresentaram características heterogêneas, o que amplia a dinâmica da discussão. Para Flick (2009, p. 127):

Comentado [A1]: Abrir sigla.

Em grupos heterogêneos, os membros devem apresentar diferenças nas características de relevância à questão de pesquisa. A finalidade disso é aumentar a dinâmica da discussão para que sejam expressas muitas perspectivas diferentes e também para que a reserva dos participantes individuais seja quebrada com a confrontação entre essas perspectivas.

As amostras não foram determinadas de forma arbitrária, mas selecionadas por critério de intencionalidade, onde os participantes foram escolhidos com base em características relevantes à investigação.

Durante os encontros o principal instrumento utilizado foi o roteiro semiestruturado de perguntas norteadoras que serviu como disparador das discussões. O moderador, primeiramente, explicou o objetivo da reunião e como funcionaria a dinâmica. No momento do debate teve papel de mediador, não emitindo opiniões, apenas observando e escutando atentamente a fim de impedir qualquer influência tendenciosa sobre a discussão. Para Flick (2009, p. 128), nos grupos de discussão, o pesquisador:

[...] limita-se ao controle da agenda dos locutores e à determinação do início, do curso e do fim da discussão. A direção do tópico compreende também a introdução de novas perguntas e a direção da discussão rumo a um aprofundamento e uma ampliação de tópicos e componentes específicos. Mais do que isso, a direção das dinâmicas da interação varia da reflexão da discussão à aplicação de questões provocativas; polarizando uma discussão lenta ou acomodando relações de dominância, lidando intencionalmente com os membros que estejam comportando-se de forma mais reservada na discussão.

Como método de análise optou-se em usar a análise de conteúdo, que aborda uma perspectiva tanto da linguística quanto da psicologia social, como demonstra Severino (2016, p. 129):

Sua perspectiva de abordagem se situa na interface da Linguística e da Psicologia Social. Mas enquanto a linguística estuda a língua, o sistema de linguagem, a análise de conteúdo atua sobre a fala, sobre o sintagma. Ela descreve, analisa e interpreta as mensagens/ enunciados de todas as formas de discurso, procurando ver o que está por detrás das palavras.

A análise de conteúdo extrai os significados temáticos do texto, podendo relacionar a frequência, consensos ou desacordos dessas temáticas na comunicação. São características de inferência no nível da mensagem que

considera a presença ou ausência de uma dada peculiaridade num determinado fragmento de mensagem.

O resultado dos grupos de discussões será realizado a partir da opinião comum dos grupos em conjunto com a análise de conteúdo.

Resultados e análise dos dados de pesquisa

Os resultados apresentam bases das análises sobre pressupostos importantes para a discussão do desenvolvimento do TBC no município de Urupema, sendo elas: *Patrimônio Comunitário* – Analisa o entendimento e reconhecimento dos participantes sobre o Patrimônio Comunitário do município de Urupema; *Turismo (In)Sustentável* – Busca diagnosticar o conhecimento dos participantes sobre turismo sustentável bem como as práticas do turismo em Urupema e verificar suas insustentabilidades; *A Sociedade Política e o Estado Indutor* – Busca refletir sobre a relevância do desenvolvimento do turismo em Urupema, o papel do governo local e suas relações com a comunidade.

Patrimônio Comunitário

No grupo de discussão procurou-se identificar o entendimento e o reconhecimento do patrimônio comunitário de Urupema pelos participantes. Durante a discussão foram citados como Patrimônio Comunitário do município os recursos naturais, culturais e históricos, a atividade econômica da maçã, da pecuária e a tranquilidade da vida com características rurais. As afirmações dos participantes, de ambos os grupos de discussão - sociedade política e civil, demonstram o conhecimento acerca do patrimônio comunitário do município e o consequente potencial turístico, principalmente no que diz respeito aos recursos naturais e culturais. Porém, os participantes dos grupos de discussão não mencionam os potenciais humanos e comunitários. Em outras palavras, a comunidade receptora não se encontra envolvida na cadeia da atividade turística desde seu planejamento e execução da prestação do serviço. As pessoas estão disponíveis para acolher, aconchegar e abrigar os turistas, mas, como não são protagonistas do processo de turistificação, sentem-se inseguras.

Na perspectiva do TBC, sem o protagonismo da comunidade nos processos de turistificação corre-se o risco de o patrimônio comunitário ser explorado pela atividade do turismo. Esta reflexão remete para o movimento da desterritorialização de Haesbaert (2006), ou seja, o desenvolvimento do turismo sem a inclusão de sua comunidade desterritorializa os sujeitos sem o deslocamento físico dos mesmos. Para o TBC, a sustentabilidade está atrelada obrigatoriamente ao envolvimento da comunidade. Assim, o turismo e todas as alterações que

surtem em sua função circunscrevem a comunidade, que deve ser a principal beneficiária da nova atividade socioeconômica que se inicia.

Turismo (In) Sustentável

Na concepção da oferta turística se faz necessário enfatizar os princípios da sustentabilidade considerando os aspectos ambientais, sociais e econômicos. O conceito de sustentabilidade pressupõe ações e políticas que buscam respostas para os problemas do desenvolvimento da ecologia, da pobreza, da distribuição das riquezas e da sociedade civil.

No TBC, a qualidade de uma oferta turística é avaliada com base na originalidade de suas atrações ambientais, culturais e no bem-estar que elas proporcionam aos visitantes. Desta forma, o cuidado ao transformar um recurso ambiental ou cultural em um atrativo turístico constitui importante responsabilidade dos envolvidos nesse processo.

Em todos os discursos dos participantes dos grupos de discussão percebe-se o desejo de optar pelo desenvolvimento da atividade turística de forma sustentável no que tange à preservação do meio ambiente. Porém, em alguns casos esse desejo esbarra na falta de conhecimento sobre como fazer. Assim, a coleta de dados e análise da categoria o Turismo (In)Sustentável, sugere que uma boa parcela dos moradores de Urupema deseja o turismo e querem fazer parte dele, conhecem os impactos negativos, tem consciência da necessidade de união e cooperação para um desenvolvimento endógeno da atividade onde a população seja a principal beneficiária, mas ainda se encontram passivos frente às mudanças que vêm ocorrendo.

A análise também demonstrou que os participantes da sociedade política estão mais preocupados com sustentabilidade ambiental, mesmo os bens naturais não sendo preservados pelas políticas atuais no que diz respeito à legislação e outros cuidados necessários. Por outro lado, esta mesma análise, novamente, não apontou para a sustentabilidade das questões sociais, culturais e econômicas voltadas para os interesses e necessidades da população. Já o grupo da sociedade civil, quando questionado sobre os impactos negativos da atividade turística, aborda as questões do aumento de “lixo”, da poluição, da destruição ambiental e da segurança pública.

Em momentos do debate, o turismo de massa é enfatizado como o modelo turístico ecologicamente predatório, socialmente injusto e novamente apontado como o modelo que vem se configurando em Urupema.

A Sociedade Política e o Estado Indutor

A terceira categoria analisa a responsabilidade da sociedade política local sobre a atividade turística no desenvolvimento socioeconômico de Urupema. O envolvimento da sociedade política local com o turismo é recente, tendo ocorrido em função da divulgação do município na mídia nacional e consequente vinda dos turistas. O interesse público local por esta cadeia produtiva deu-se pelos benefícios econômicos vislumbrados quando ocorre visitação turística na estação do inverno: criação de empregos, receitas tributárias, reurbanização, imagem favorável e a promoção de uma identidade nacional. Esta relação com a atividade turística ocorre, outrossim, pelos impactos negativos do turismo uma vez que o poder público local deveria se constituir no guardião dos ambientes naturais, da cultura e da história, bem como garantidor da melhoria da qualidade de vida dos residentes.

No desenvolvimento do turismo, órgãos públicos nacionais, regionais e locais desempenham um papel significativo no fornecimento de infraestrutura de acesso, serviços de informações, sinalização, promoção e marketing, algumas atrações e instalações, além de fomentarem uma política de turismo favorável ao ingresso da comunidade no setor. Então, compete aos órgãos públicos também tomar frente no planejamento, coordenação e regulamentação da atividade sempre preservando tanto os turistas quanto a comunidade receptora. Neste contexto, não foram percebidos nas falas dos integrantes dos grupos de discussão relatos de atividades direcionadas para o planejamento e gestão da atividade turística pelo poder público local.

Observa-se na interpretação das falas dos participantes que o poder público local tem assumido algumas ações estimuladoras da atividade turística, mas não tem planejamento, não fomenta os sujeitos interessados em desenvolver o turismo. Em outras palavras, um Estado local pífio em relação às políticas públicas do turismo. Os participantes reivindicam uma postura do poder municipal mais proativa, chamando para si a responsabilidade desta política que aqui denomina-se Estado Indutor, ou seja, um Estado entendido como principal agente propulsor do desenvolvimento socioeconômico.

Percebe-se no grupo de discussão representante da sociedade política a crítica, perseverante em várias falas, sobre a ausência de organização do setor privado no município. Porém, o importante é que os dois setores, o público e o privado, organizem-se e trabalhem juntos, estimulando o desenvolvimento, atuando como facilitadores e motivadores de iniciativas locais. O grau de envolvimento, tanto do público quanto do privado, dependerá da importância atribuída à atividade econômica do turismo. Mas o baixo envolvimento da iniciativa privada não retira a responsabilidade do setor público pelo planejamento do turismo, uma vez que a finalidade dele consiste em ordenar as ações do ser humano sobre o território e em direcionar a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada, evitando os efeitos negativos do crescimento predatório, garantindo a melhoria da qualidade de vida da população receptora.

Considerações finais

A literatura demonstra que o turismo é uma atividade econômica associada à diversidade cultural e ambiental de uma comunidade podendo contribuir ou não para o seu desenvolvimento. Essa atividade se configura a partir do potencial de cada lugar e da forma como é planejada, organizada e administrada pelos atores responsáveis por sua difusão, constituídos pelo tripé comunidade, setores público e privado. A literatura também demonstra, por meio de estudos de casos, que no planejamento do turismo convencional a participação de comunidades é incipiente.

Em Urupema, de maneira geral, os participantes dos grupos de discussão percebem o turismo como uma atividade irreversível para o município e ambos demonstram consciência de que o que foi feito até o momento não é suficiente para garantir a sustentabilidade da atividade, tendo em vista o desenvolvimento territorial do município. Sobre a concepção de paradigma turístico a ser fomentado, o convencional de massa ou o sustentável, ambos demonstram desejo em optar pelo sustentável, embora seja nítida a desorientação acerca de como fazer. Identificou-se também uma ambiguidade na percepção de quem deve tomar iniciativas referentes às práticas turísticas, se o setor privado, o público ou o comunitário.

Diante do cenário configurado pelos representantes dos grupos de discussão de expectativa e incerteza frente aos desafios e potencialidades do turismo no município, a teoria apontou o modelo do Turismo de Base Comunitária, que se fundamenta nas seguintes premissas: base endógena da iniciativa e desenvolvimento local; participação e protagonismo social no planejamento, implementação e avaliação de projetos turísticos; escala limitada e impactos sociais e ambientais controlados; geração de benefícios diretos à população local, afirmação cultural e interculturalidade tendo o encontro como condição essencial.

Referências

BRASIL. Ministério do Turismo. **Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 7 Roteirização Turística**. Brasília, 2007.

CHAUVEAU, Hélène; STROPASOLAS, Valmir Luiz. Práticas culturais e lazer da juventude rural nas recomposições territoriais das ruralidades de três territórios do Sul do Brasil. In: PEIXER, Zilma Isabel; CARRARO, José Luís (Org). **Povos do campo, educação e natureza**. Lages, SC: Gráfine, 2016.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal**. 2010. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/urupema/panorama>> Acesso em: 14 abr. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de emprego**. 2015. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/urupema/panorama>> Acesso em: 14 abr. 2018.

MALDONADO, Carlos. O turismo rural comunitário na América Latina: Gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Org.). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009.

RUSCHMANN, Doris van Meene; BORDINI, Caroline Valença. O uso dos planos de desenvolvimento turísticos na microrregião dos Campos de Lages (SC). In: RUSCHMANN, Doris van Meene; SOLHA, Karina Toledo (Org.). **Planejamento turístico**. Barueri, SP: Manole, 2006.

SANTA CATARINA. **Perfil socioeconômico ADR São Joaquim**. Florianópolis, 2016.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Adriana Murara. **Educação e turismo de base comunitária para o desenvolvimento territorial sustentável em Urupema, SC**. 2018. 123f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade do Planalto Catarinense, Lages.

WELLER, Wivian. Grupos de discussão: aportes teóricos e metodológicos. In: WELLER, Wivian.; PFAFF, Nicolle (Org.). **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação**: teoria e prática. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

Adriana Murara Silva, Geraldo Augusto Locks e João Eduardo Branco de Melo

ZAOUAL, Hassan. Do turismo de massa ao turismo situado: Quais as transições?

In: In: BARTHOLLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Org.). **Turismo de base comunitária**: Diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009.

Endereço para correspondência:

Adriana Murara Silva – adrianamurara@gmail.com
Av. Mal. Castelo Branco, 170
88509-900 Lages/SC, Brasil

Geraldo Augusto Locks – geraldolocks@gmail.com
Av. Mal. Castelo Branco, 170
88509-900 Lages/SC, Brasil

João Eduardo Branco de Melo – joaoeduardo1@gmail.com
Av. Unisinos, 950 - Cristo Rei
93022-750 São Leopoldo/RS, Brasil